

## **(In)visibilidades comunicativas na cidade de Salvador-BA: uma experiência de participação no Subúrbio Ferroviário<sup>1</sup>**

Giovandro Marcus Ferreira<sup>2</sup>

Daniella Rocha Magalhães<sup>3</sup>

### **Resumo:**

Este artigo consiste na análise de uma experiência de implementação de política pública de comunicação em comunidades populares de Salvador, evidenciando os processos de mobilização e participação naquele contexto ocorridos. Por meio da delimitação histórica do episódio em análise, discute os conceitos de comunidade e suas implicações no contexto narrado. Apresenta e avalia os fluxos e sistemas comunicativos existentes naquele espaço, como forma de moldar a implantação da política pretendida. O relato da experiência é perpassado por análises conceituais que colaboram para entender os fenômenos evidenciados.

### **Palavras-chave:**

Comunicação; Comunidade; Participação; Mobilização.

### **1. Do panfleto ao torpedo: a comunicação como significante e significado de comunidade**

A comunicação delimita, dentre outros elementos, aquilo que é visível ou invisível. O que não é revelado não pode estar na esfera de visibilidade pública, nos processos de argumentação e negociação capazes de gerar deliberações. Assim, o visível, o público, é essencial à comunicação. Uma possível síntese sobre este argumento pode ser explicitada pela fala a seguir: “Cadê o Subúrbio? Minha comunidade está de fora até do mapa! Agora entendi porque ninguém enxerga a gente...”, dita por uma estudante de 17 anos, durante uma atividade de pesquisa sobre o bairro na internet.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a cidadania, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professor na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Paris 2 (Panthéon-Assas). Coordenador do CCDC – Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da Facom/Ufba. [giovandr@ufba.br](mailto:giovandr@ufba.br)

<sup>3</sup> Jornalista, especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora da Organização Não Governamental Cipo Comunicação Interativa. [daniella@cipo.org.br](mailto:daniella@cipo.org.br)

Seu espanto pela ausência do bairro no mapa da cidade revela o quanto as dimensões comunicativas de dezenas de comunidades de Salvador estão invisíveis e excluídas da esfera de visibilidade pública, portanto, das próprias políticas públicas. Busca-se neste trabalho abordar a experiência da ONG CIPÓ – Comunicação Interativa no Subúrbio Ferroviário de Salvador na implementação de um modelo de comunicação para aquela região, analisando as características de suas comunidades e seus fluxos comunicativos. O relato desta experiência, atrelado a reflexões teóricas capazes de avaliar suas dimensões, se concentrará na chegada da organização àquele espaço e suas primeiras ações para a implementação do projeto.

O ponto de partida é de expor alguns conceitos sobre comunidade e como eles se aplicam ao Subúrbio, atrelado a uma breve análise histórica daquele espaço, como elemento para colaborar em desvelar algumas de suas dimensões comunicativas. Para Henriques (2005), um dos sentidos aplicados ao conceito de comunidade “refere-se sempre a um ponto em que algo é posto em comum entre as pessoas”. Também pode ser entendida a partir do seu *locus* espacial, ou seja, um território delimitado, no qual pessoas compartilham modos de produção e reprodução comuns e que possuem problemas comuns que não podem ser resolvidos individualmente. Associa-se igualmente à dimensão da divisão de classes, na qual a parcela pobre vive e convive, ou ainda como lugar de resistência aos poderes hegemônicos. Pode constituir-se também no lugar do pertencimento, da segurança e dos laços de identidade que ligam seus participantes.

Suas transformações ao longo do tempo podem ser associadas ainda à dimensão comunicativa, na medida em que os discursos e os meios interferem em suas configurações e significados. Segundo Henriques:

Ao mesmo tempo em que as formas de vida urbana geram demandas e condições para que os meios de comunicação sejam gerados, adaptados e transformados, esses meios em permanente evolução, ao alterar as próprias relações, também transformam os próprios modos de viver e conviver no espaço urbano. (HENRIQUES, 2005)

Basta observar as formas de mobilização das comunidades. Segundo Toro (apud Henriques, 2004), mobilizar significa convocar vontades, tendo um propósito específico que pode gerar mudanças sociais. O poder convocante capaz de co-responsabilizar e vincular as pessoas cabe aos processos comunicativos (Henriques, 2004). Estes são definidos pelos fluxos informativos entre os atores e espaços de interação, bem como

dos meios e instrumentos utilizados para partilhar os argumentos, conhecimentos e imaginários sobre determinada causa que precisa de adesão para se efetivar publicamente. Assim, se antes as comunidades baseavam seus processos de mobilização através de mecanismos de comunicação interrelacionais, como a convocação “boca a boca”, o recado nas igrejas, ou pela utilização de instrumentos como as rádios de linha modulada e os panfletos, hoje, novos modos de mediação foram incorporados e as relações pessoais vão cedendo espaço para as virtuais, explicitadas, por exemplo, pela profusão de *lan houses* e celulares. Este cenário modifica a forma como as comunidades se constituem, se vêem, se visibilizam interna e externamente, revelando suas dimensões ocultas ou visíveis. Também acarreta novas formas de mobilização e de participação política e social, bem como de tentativa de emergência na esfera pública.

## **2. Marcas da história e da exclusão do Subúrbio Ferroviário**

O projeto, que é objeto de estudo neste artigo, parte do contexto de implementação, pelo governo federal, em 2006, do programa Casas Brasil na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador. O programa consiste num modelo de política pública de comunicação e novas tecnologias, com a implantação de centros de multimídia em regiões com baixos índices sociais e grande fluxo populacional. Tal política foi gestada sobre o paradigma da participação, que teve suas formas institucionalizadas a partir da Constituição de 1988. Para Faria (2008), a dinâmica institucional somada à dinâmica societária possibilita a formação de uma cultura política norteadora de ações capazes de revigorar os sentidos da democracia e sua arena político-institucional. Assim, a participação seria elemento importante para a definição, qualificação e implementação das políticas públicas.

Nas Casas Brasil, tal conceito se materializaria mediante a criação de Conselhos Gestores, cujos membros seriam eleitos pelas próprias comunidades onde o programa estava instalado, e que teriam como função gerir as unidades. Tais instâncias seriam o *locus* comunicativo do programa, o lugar de encontro, argumento, negociação e deliberação. A prefeitura de Salvador, através da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda, entrou como parceira local, e a CIPÓ com a parte metodológica do programa. O modelo implicou numa ação concertada entre esferas de governo, organizações sociais e comunidades.

O contexto de instalação do programa precede a abordagem histórica sobre o Subúrbio Ferroviário como condição para compreender os processos ali ocorridos. O Subúrbio abrange uma área de 4.145 ha, composto por cerca de 22 bairros populares e aproximadamente 500 mil habitantes, em sua maioria negros e pobres. Para Moreira (2009), “uma zona historicamente excluída e negada das fronteiras da cidade como o *sub-urbano*, lugar onde se vivencia uma urbanidade de segunda categoria”. A região remonta à época em que a cidade abrigava a Colônia Portuguesa e era grande pólo escravista da América Latina. Possuía uma grande senzala e foi entreposto do tráfico de escravos para o interior do estado. Em 1875, quando uma ampla rede ferroviária passou a cortar toda a sua extensão, o território foi efetivamente ocupado, principalmente por negros libertos e operários das fábricas têxteis que se instalaram na região. Lá, ocorreram diversos episódios históricos ligados a movimentos de resistência – primeiro anti escravagistas, depois operários.

Nos anos de 1970, com a explosão demográfica e o grande fluxo de migração das zonas rurais para a capital, a área foi densamente povoada, mas logo depois entrou em processo contínuo de decadência com a transferência das fábricas para outras regiões da cidade. As poucas alternativas de trabalho e renda, aliada ao descaso dos poderes públicos para com a área, provocaram a degradação do Subúrbio, isolando-o do restante da cidade.

Neste cenário foram criados dois dos bairros em análise neste artigo e que abrigam os programas Casas Brasil. Um deles é Plataforma, surgido ainda no período colônia e que depois se tornou industrial com a instalação de uma importante fábrica têxtil, posteriormente falida. O outro é Fazenda Coutos, criado na década de 1980, após um conturbado reassentamento de famílias que viviam num terreno disputado pela especulação imobiliária em uma das novas avenidas de Salvador, chamada Paralela. Após sérios confrontos entre os moradores e a prefeitura, eles foram transferidos para uma fazenda desapropriada na área isolada do Subúrbio.

O processo de mobilização social dos dois bairros é bastante distinto, mesmo tendo as décadas de 70 e 80 forte significação para ambos. Em meados dos anos 70 surgiu a AMPLA - Associação dos Moradores de Plataforma - uma das primeiras e mais reconhecidas entidades de representação popular de Salvador e que se caracterizava pela reivindicação e protesto por serviços básicos capazes de suprir as enormes carências do

bairro. Em Fazenda Coutos, as dezenas de moradores chegados de pontos diferentes da cidade tiveram que a “ferro e fogo” constituir uma comunidade, marcada por uma grande variedade de pequenas associações, o que revelava sua pluralidade, mas também sua falta de unidade.

### **3. Discursos comunicativos como forma de resistência, identidade e exclusão**

Em meio a este contexto, o desafio era deslindar como se processavam os fluxos e sistemas comunicativos daqueles bairros e qual a dimensão que a população tinha sobre a comunicação. A idéia era compreender a comunicação centrada nos atores e espaços de interação, bem como nos meios e instrumentos que ali circulavam. As primeiras percepções, baseadas na análise sobre a interação entre os atores, demonstrou o quanto o histórico processo de pauperização, invisibilidade e violência simbólica, material e humana ocorridos no Subúrbio Ferroviário estavam presentes nos discursos comunicativos dos moradores. Expressões e vocabulários carregados de desconfiança, protesto, agressão e defesa de quem sempre construiu relações tensas com o restante da cidade e dos poderes públicos. Segundo Moreira (2009), a marca da violência e do abandono nas políticas públicas construiu fluxos comunicativos que reproduziam relações verticalizadas entre os atores e a internalização dos códigos simbólicos dos dominantes. Assim, a recepção ao programa Casas Brasil se deu em meio a muita desconfiança, curiosidade e cautela. Aliado a isto, a proposta de implementação de uma política de comunicação e tecnologia em comunidades onde estes conceitos não eram reconhecidos ou processados. Diante de tantas carências básicas como saúde, educação e transporte, que sentido teria se pensar em tecnologias da informação e da comunicação?

A apropriação dos discursos e ferramentas comunicativas nas estratégias de mobilização social também refletia uma tensão entre um modelo tradicional e outro contemporâneo. Teixeira (2002) afirma que um tipo de participação direta e de movimento popular parece ter se desgastado ao longo do tempo e que novos formatos de ações coletivas, como de capacitação e qualificação de militantes surgiram, compondo o que ele denomina de ação cidadã, centrada na mobilização, na *accountability* e na formulação. As associações de bairros de Plataforma e de Fazenda Coutos refletem esta análise. Antes, as maiores referências para ações de convocação e luta, passaram por paulatinos

processos de esvaziamento e enfraquecimento. Marcadas pelo formato de resistência e reivindicação de seu nascedouro, tiveram dificuldades em encontrar um outro modelo de funcionamento, principalmente a partir da Constituição de 1988, que instaurou processos participativos pautados pela mediação, diálogo e argumentação. Diante de sua crise de identidade e renovação, sobretudo a juventude dos bairros passaram a reivindicar e reinventar novos formatos de mobilização (ou ação cidadã), pautados pela cultura e pela comunicação como expressões de suas idéias e imaginários convocantes, como os grupos de hip hop, capoeira, afros, de denominações religiosas etc.

A emergência de novos sujeitos e de novas formas de organização coletiva desses sujeitos traz à cena o problema de lidar com a diversidade que se forma dentro dos mesmos limites geográficos – uma célula territorial. Assim, se são difusos os limites externos da comunidade, seu centro também não pode ser estabelecido com precisão, pela inexistência de um único eixo orientador, fazendo mais sentido pensar numa estrutura multiaxial, com diversos centros de convergência dos sujeitos. (HENRIQUES, 2005)

Esta estrutura multiaxial referida por Henriques se revela de forma também difusa nos sistemas comunicativos do Subúrbio: a feira livre, as igrejas, as associações de moradores, o comércio, o teatro, as rádios comunitárias, os jornais, as *lan houses* etc mostram inúmeros discursos, formatos, bandeiras e enfoques; ainda que sem unidade, mas com proximidade, remetendo a uma idéia de comunidades dentro da comunidade.

Mas voltando ao mapa da cidade, por que uma região com histórico tão marcante para Salvador permanece invisível ou apenas circunscrita aos moradores que ali vivem? Os discursos comunicativos sobre o Subúrbio Ferroviário no imaginário da cidade referem-se a ele como o lugar do atraso, da pobreza, da violência, da diferença, ainda que convivam com estes adjetivos a Baía de Todos os Santos e o Parque São Bartolomeu, local tombado pelo patrimônio histórico e sagrado para o Candomblé. Este abismo entre dois mundos soteropolitanos contribuiu para que os discursos comunicativos dos moradores do Subúrbio em espaços externos sejam da negação deste modelo, apesar da forma de manifestação dos argumentos serem, na maioria das vezes, pelo protesto e não pela negociação. As causas e ações do Subúrbio não conseguem se inserir num modelo comunicativo capaz de as tornarem públicas, ganharem defensores e impactarem as políticas públicas. O ambiente de cooperação, defendido por Henriques (2005) como sendo aquele espaço no qual se criam condições favoráveis para que os sujeitos possam agir, orientados por um entendimento mútuo, não se aplicava ali, devido a fatores como diversidade, dispersão e incompreensão sobre o potencial da comunicação. Isso reforça

a invisibilidade da região nas políticas públicas, explicitada pelo fato de o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), aprovado em 2008, não fazer referência política alguma ao Subúrbio, ainda que ele concentre cerca de 25% da população de Salvador. Esta imagem estigmatizada do *sub urbano*, na expressão cunhada por Moreira, é reforçada pela mídia de massa de Salvador, que tende a retratar o Subúrbio apenas em suas editoriais policiais. Os referenciais simbólicos da negação, da segregação e do atraso estão contidos nos discursos midiáticos em que a violência e a marginalidade são as únicas dimensões evidenciadas. Ou seja, nas disputas pela visibilidade das pautas sociais, o Subúrbio aparece na esfera pública apenas pela sua negação ou privação.

Essa *mediação* entre serviços públicos precários e o *populacho* é realizada pela comunicação de massa, desde que o cidadão se disponha a corresponder aos interesses da lógica mercadológica da audiência e às expectativas da visão hegemônica do *sub-urbano* proposta pela cidade. (MOREIRA, 2009)

A mídia, assim, pode cumprir papéis distintos na mobilização social, cuja visibilidade que proporciona pode revelar os dois lados de uma mesma moeda: apoiar e reforçar ou fragilizar e marginalizar as causas sociais. Ela engendra contradições, promovendo “aberturas que permitem, por vezes, que a luta por este espaço de visibilidade seja bem sucedida, muitas vezes à força da geração de atos espetaculares que alcançam publicidade e repercussão” (Henriques, 2005).

#### **4. Construindo vínculos, quebrando barreiras**

Diante desse cenário, o programa Casas Brasil aparecia como uma nova possibilidade de mobilização social, tendo a comunicação como eixo estruturante. Novos paradigmas para velhos problemas. Recorrendo a Cicilia Peruzzo (1998), implicava no exercício da decisão partilhada, da existência de canais desobstruídos, de informações abundantes, de autonomia, co-responsabilidade e representatividade como condições para uma mobilização emancipatória e libertadora. Como construir tal base, a partir dos próprios acúmulos e características daquelas comunidades? Tais desafios foram ainda mais potencializados levando-se em conta a multiplicidade de atores envolvidos na construção daquela proposta. Governos federal e municipal, organização social, associações de moradores e lideranças sociais com lógicas, tempos, ideologias, intencionalidades e afazeres distintos, exigindo mediações e negociações intensas junto a alguns atores pouco afeitos à argumentação.

Um episódio ilustra bem esta situação. Uma das primeiras ações pensadas para dar vida às Casas Brasil foi elaborar um projeto no qual a comunidade começasse a se apropriar da comunicação como forma de entender sua dimensão para colaborar no desenvolvimento local. O convite era para que as lideranças sociais, das mais variadas idades e posições dentro da comunidade de Fazenda Coutos, pudessem elaborar uma campanha para tratar dos direitos das crianças e dos adolescentes, mediante a visibilização e informação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. O cenário ainda era de implantação do programa e de uma população receosa, desconfiada e não conhecedora das ferramentas comunicativas. Em meio aos intensos debates e negociações realizadas, uma liderança social mostrou para os atores externos fotos tiradas de um aparelho celular, no qual aparecia um jovem assassinado na comunidade dias antes, como forma de exemplificar o que era comunicar e o que eram direitos humanos na região. A situação chocou tanto pelas fotos exibidas quanto pela forma simbólica de resistência e negação presente naquele discurso, bem como pelo abismo comunicativo que ainda existia entre aqueles dois campos: do Subúrbio marginalizado e da Salvador incluída e desenvolvida.

Após os inúmeros impasses, a Campanha pôde ser realizada e significou uma importante ação para a criação de vínculos com o projeto. “A vinculação dos públicos com os projetos de mobilização social é um processo evolutivo, que se constrói através da intervenção da comunicação”, reforça Henriques (2004). A Campanha Comunidade Comunicando Garantia de Direitos consistiu na realização, pela própria comunidade, de peças de comunicação sobre os direitos da infância, tendo como personagens os moradores do Subúrbio. A metodologia utilizada para sua realização foi da Educação pela Comunicação, que permite o exercício do direito à comunicação, na medida em que o cidadão exprime sua voz através da produção e difusão de conteúdos e meios comunicativos<sup>4</sup>. A lógica é de que a produção da comunicação, por meio do aprendizado sobre os instrumentos e meios, permite com que os atores tenham um olhar mais apurado sobre suas representações na mídia e se vinculem de forma mais efetiva em projetos de mobilização social, uma vez que eles passam a ter maior sentido em suas vidas a partir do momento em que se co-responsabilizam e partilham decisões e ações.

---

<sup>4</sup> Conceito definido pela Rede Comunicação, Educação e Participação (Rede CEP). Para saber mais: [www.redecep.org.br](http://www.redecep.org.br)



Ações co-responsáveis equivalem ao estabelecimento de vínculos fortes. Planejar a comunicação nos projetos de mobilização social, estabelecendo fluxos que tendam à criação da co-responsabilidade, é o caminho mais viável para gerar a participação, a mobilização verdadeira e o efetivo êxito das iniciativas. (HENRIQUES,2004)

Mas outros desafios precisavam ser vencidos, principalmente para desobstruir os canais e assentar o paradigma da construção política participativa em meio a uma tradição comunicativa verticalizada e marginal. A construção de espaços e ações deliberativas implicava na aproximação física, geográfica e conceitual entre os atores, devendo assim levar à edificação de um diagnóstico da comunicação a partir de níveis de vinculação entre os atores, como localização espacial, acesso à informação, julgamento (ou posicionamento), coesão, continuidade, co-responsabilidade e participação institucional (Henriques 2004). O contexto neste artigo apresentado e o tempo histórico determinado colaboram para posicionar esta experiência da seguinte forma: os bairros de Fazenda Coutos e Plataforma podem ser entendidos no conceito de comunidades multiaxiais, bem como marcados por informações de naturezas diversas e difusas. O estágio de mobilização relatado indica a fase de julgamento do projeto, no qual os atores, marcados por um contexto histórico de agressões e abandono, constituíam seus posicionamentos iniciais. Havia coesão, no sentido de que aquelas comunidades partilhavam de uma mesma causa: melhorar suas condições de vida e construir um outro lugar simbólico e representativo de superação da invisibilidade e da marginalidade. No entanto, a fragmentação e a descontinuidade não permitiam construir nenhuma unidade. A continuidade, a co-responsabilidade e a participação institucional seriam estágios construídos posteriormente, à medida que o projeto se firmava na comunidade de forma processual e conflituosa.

## **5. Considerações finais**

A mobilização e a participação, como elementos da democracia, estão em processo de construção permanentes. São pautados pelas dinâmicas sociais e pela presença cada vez mais marcante da comunicação e das tecnologias, numa profusão de ritmos, significados e sentidos constantes. Assim, a experiência neste artigo relatada está marcada por uma incidência histórica, temporal e conjuntural, sujeita a novas leituras e avaliações.

Não é possível pensar a democracia sem uma comunicação democrática. Seu reconhecimento como um direito é condição para o exercício dos outros direitos, na

medida em que ela informa, constrói, media, gera conhecimentos e promove a interação entre os cidadãos e entre estes e as instituições públicas. A democracia brasileira, cujos formatos institucionais definidos a partir de 88 demarcam a participação como elemento chave, torna a comunicação imprescindível na mediação entre Estado e sociedade civil. Ela é capaz de vocalizar as pautas em disputa, convocar vontades, promover debates e argumentações, chegando à deliberação pública.

Sua apropriação está marcada pelo paradigma conceitual da democratização, avançando do sentido tecnicista para o político e estratégico. Assim, a mobilização social e a participação necessitam de uma comunicação desvelada, apropriada, produzida e compreendida pelos atores como condição para seu vínculo e co-responsabilização diante as causas sociais.

### **Referências bibliográficas**

FARIA, Cláudia Feres. Os determinantes da efetividade democrática da participação social. Acessado em: Curso Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

GUARESCHI, Pedrinho A. e BIZ, Osvaldo, Mídia, Educação e Cidadania, Petrópolis, Vozes, 2005.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UERJ – 5 a 9 de setembro de 2005.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lannna Martins. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: HENRIQUES, Márcio S. (Org.). Comunicação e estratégias de mobilização social. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lannna Martins. As relações públicas na constituição das causas sociais: a mobilização como ato comunicativo. Acessado em: Curso Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lannna Martins; SILVA, Daniela Brandão do Couto. Relações públicas em projetos de mobilização social: funções e características. Acessado em: Curso Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

INTERVOZES. Vozes da democracia. Histórias da comunicação na redemocratização do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

MOREIRA, Gislene. *Fogo cruzado: o desafio das políticas públicas de comunicação no Subúrbio Ferroviário de Salvador*. Artigo apresentado à Fundação Getúlio Vargas, 2009.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

RAMOS, Murilo César. *Comunicação, direitos sociais e políticas públicas*. In MARQUES DE MELO J.; SATHLER, L. *Direitos à comunicação na sociedade da informação*. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global. Limites e desafios da participação cidadã*. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2002.



on ononono onon on ononono onon on ononono onon on ononono onon on ononono  
onon on ononono onon on

## **REFERÊNCIAS**

**Exemplo com 01 autor:**

GOMES, L. F. **Cinema nacional**: caminhos percorridos. São Paulo: Ed.USP, 2007.

Obs: verificar outros exemplos na norma da ABNT 6023.